

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Edmá Coelho de Souza

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E
ESTADUAIS DE ANÁPOLIS- GO**

Alexânia
2013

Edmá Coelho de Souza

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E
ESTADUAIS DE ANÁPOLIS- GO**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação Física da Universidade Federal de
Goiás como requisito para finalização do curso
de Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof. Dr^a. Ana Paula Salles da
Silva.

Co-orientador: Prof. Esp. Vicente Dalla Dea.

Alexânia
2013

Edmá Coelho de Souza

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E
ESTADUAIS DE ANÁPOLIS- GO**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final

Alexânia, 13 de dezembro de 2013.

Prof. Dr^a. Ana Paula Salles da Silva.
Orientadora

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, a minha mãe pela sua firmeza, em especial a minha esposa e filhas, aos meus amigos, pelo apoio incondicional para a realização desta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por toda a proteção e cuidado que ele tem depositado a cada dia da minha vida, e por tudo aquilo que ainda vai me proporcionar, em especial pela realização desta conquista.

A minha esposa Rosana, minha companheira e grande apoiadora desta conquista. Minha auxiliadora nos momentos de dificuldades para esta realização que com determinação, fé e fortaleza, que soube ser compreensiva em todos os momentos em que me dediquei à realização deste trabalho.

Aos meus pais Venâncio (*in memoriam*) e Luíza que foram meus maiores incentivadores, além, do exemplo de vida, trabalho, dignidade e perseverança, em que me ensinaram o real sentido da minha existência.

As minhas irmãs, aos meus cunhados, aos meus sobrinhos e sobrinhas que vivenciaram minha luta para a realização deste sonho, e souberam compreender a minha ausência.

Aos meus colegas de curso Lindomar, Eulinete e Renata pela amizade e parceria vitoriosa que estabelecemos ao longo desta formação.

À equipe do Polo de Cora Coralina, incluindo todos os seus professores, técnicos e coordenadores, que nos proporcionaram um ensino de qualidade para que nos tornássemos profissionais licenciados à prática da Educação Física.

De forma muito especial aos meus orientadores a Prof.^a Dr.^a Ana Paula Salles da Silva e o Prof. Vicente Dalla Dea que me apoiaram e me inspiraram dando todo o suporte necessário à realização desta pesquisa. Não tenho palavras para agradecê-los.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a condição de acessibilidade nas escolas públicas da rede estadual e municipal da cidade de Anápolis, com especial atenção, aos espaços da educação física. Para dar conta deste objetivo têm-se os seguintes objetivos específicos: verificar a acessibilidade nos espaços das escolas (entradas das escolas, quadra de esporte, salas de aula, laboratórios e banheiros); realizar um levantamento das características da acessibilidade nas aulas de educação física das escolas municipais e estaduais da rede pública de Anápolis; descrever as formas adequadas de acessibilidade a serem adotadas nas escolas para a melhoria da realização das aulas de educação física; apontar as dificuldades de implantação das normas de acessibilidade no município da pesquisa, de acordo com a norma ABNT 9050. Tal contexto de acessibilidade para a prática da Educação Física é referência para a problemática desta pesquisa, que se justifica por ser um direito de todos o acesso à educação física, uma vez que as barreiras arquitetônicas podem limitar ou impedir esse acesso. Foi necessário identificar as barreiras arquitetônicas e conhecer sua forma de adaptação para essa nova realidade, tornando as escolas na cidade de Anápolis mais acessíveis. O estudo foi realizado com 08 escolas, estaduais e municipais, da cidade de Anápolis. A coleta de dados foi realizada a partir de uma visita técnica as escolas, instruída a partir de um roteiro técnico previamente elaborado, para verificação das instalações e condições das mesmas, considerando sua avaliação em relação às normas da ABNT.

Palavras-chave: acessibilidade, deficiência, inclusão, educação física.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Existência de rampa de acordo	25
Figura 2: Foto da Rampa da Escola com as normas da ABNT.....	25
Figura 3: Existência de corredores amplos de acordo com as normas da ABNT.....	27
Figura 4: Modelo de corredores de acordo com as normas da ABNT.....	27
Figura 5: Pátio adequado – Escola D.....	28
Figura 6: Bebedouros não adaptados – Escola C	28
Figura 7: Modelo de bebedouro de acordo com as normas da ABNT (2004).....	28
Figura 8: Modelo de largura de porta das salas de acordo com as normas da ABNT (2004).....	29
Figura 9: Existência de sala de aula com largura das portas para o acesso de pessoa com deficiência - Escola D.....	29
Figura 10: Modelo de porta de acordo com as normas da ABNT (2004).....	30
Figura 11: Porta adequada – Escola D.....	30
Figura 12: Circulação do banheiro adequada – Escola B.....	31
Figura 13: Modelo de válvula de descarga de acordo ABNT (2004).....	31
Figura 14: Válvula de descarga de fácil acionamento – Escola C.....	32
Figura 15: Barras de apoio para o sanitário, norma ABNT (2004).....	32
Figura 16: Barras nas medidas especificadas –Escola F.....	33
Figura 17: Pia acessível – Escola F.....	33
Figura 18: Quadra acessível – Escola D.....	34
Figura 19: Rampa com acessibilidade comprometida – Escola H.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escala de acessibilidade nas escolas Municipais e Estaduais de Anápolis.....	25
Tabela 2: Questões analisadas no questionário de acordo com cada escola visitada.....	26

LISTA DE SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

EFE – Educação Física Escolar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

NBR – Norma Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I REVISÃO DE LITERATURA	13
1.1 ACESSIBILIDADE	13
1.2 ACESSIBILIDADES NA ESCOLA/ ESPAÇOS DE LAZER	16
1.3 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	19
CAPITULO 2 METODOLOGIA.....	21
2.1 CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO	21
2.2 DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS E PARTICIPANTES INVESTIGADOS	21
2.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETAS DE DADOS	22
2.4 PROCEDIMENTOS.....	22
2.5 INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS.....	23
CAPITULO 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
3.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA.....	24
3.2 PERCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES SOBRE A ACESSIBILIDADE	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

Conforme dados do IBGE, estabelecidos pelo CENSO de 2000, 24,6 milhões de pessoas são pessoas com alguma deficiência de pelo menos um tipo de deficiência ou incapacidade, correspondendo, respectivamente, a 14,5% da população brasileira (que era de 169,8 milhões em 2000). Esses milhões de brasileiros, que se encontram marginalizados, poderiam estar atuando em condições de igualdade dentro do meio social (BRASIL, 2000).

Outro dado importante, também estabelecido pelo CENSO 2010, refere-se ao nível de instrução da população brasileira, onde 32,9% dela encontra-se sem instrução ou com menos de três anos de estudo é portadora de alguma tipo de deficiência. Tal fato pode ser justificado pela falta de acessibilidade escolar.

Atualmente, alguns estudos vêm sendo realizados com o interesse de alinhar as leis das escolas e a acessibilidade, por meio de normas da ABNT. Esses estudos permitem averiguar se a sociedade oferece condições de acessibilidade às pessoas, tendo elas deficiência ou não. É claro que, quando nos referimos à área da educação, instalações adequadas são necessárias para a realização do trabalho educativo. Pois, a nossa arquitetura costuma ser injusta para com esta parcela da população. Rabelo (2004) descreve que alunos matriculados em escolas bem projetadas têm, em média, rendimento mais significativo do que os de alunos matriculados em escolas de arquitetura pobre. Este tema tem sua relevância justificado, pois, segundo dados recentes do INEP (BRASIL, 2004) o número percentual de deficientes físicos matriculados em escolas públicas e privados, no Brasil, é de 5,5% (cerca de 31.434 pessoas).

Em um contexto escolar são todos responsáveis pelo sucesso ou insucesso, do que vêm a ocorrer no âmbito escolar, os professores ou educadores, funcionários em termos gerais são essas pessoas que sempre vão ser o alvo daquilo que não funciona ou funciona. Portanto este trabalho é fundamental para todas as pessoas que trabalha e estudam, em virtude de sua essência na humanização, e a possibilidade de se elevar o nível educacional das pessoas com deficiência ao oferecer condições para a melhoria da qualidade de vida ao promover meios de acessibilidade nas instituições públicas ou privadas.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na Norma Brasileira (NBR 9050:2004) no item 3.32, conceitua pessoa com mobilidade reduzida, como aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros.

Isto revela que, na maioria das escolas pesquisadas, a infraestrutura é precária e antiga, e seus professores estão despreparados para trabalhar com alunos portadores de deficiência. Desta forma o professor de Educação Física Escolar pode contribuir na identificação, e na busca de modificação deste cenário, o que pode ser concretizado através da socialização de conhecimentos sobre as demandas específicas de mobiliário e espaços que as práticas corporais próprias da Educação Física requerem, do desenvolvimento da consciência crítica e do desfilamento dos condicionantes sociais. São através das formas adequadas de acessibilidade a serem adotadas nas escolas que vão garantindo aos deficientes com necessidades especiais uma melhor condição de vida, socialização e um aprendizado melhor.

A arquitetura da escola não é apenas um local, mas o espaço que torna viável a aplicação de um programa educacional, sendo a estrutura adequada indispensável para a realização de uma educação de qualidade, pois irá atender as necessidades dos projetos a serem desenvolvidos e inclusão dos estudantes a estas propostas. Quando a estrutura não é acessível compromete o trabalho educativo e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. A falta de informação básica sobre a população com deficiência tem deixado muitas falhas no que tange a acessibilidade, com isto há um empecilho em um planejamento melhor de ações voltadas para a sua inserção social.

A discussão sobre acessibilidade não é recente, ela se identifica com a necessidade da sociedade em promover formas de acesso às pessoas portadoras de deficiência de modo que garanta a sua dignidade, pois a não eliminação destas barreiras implica no fomento da dependência das pessoas com deficiência para a realização de suas atividades no cotidiano. Neste sentido, tem-se o seguinte problema de pesquisa: As escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Anápolis-GO são acessíveis para pessoas com deficiência física?

Para dar conta deste problema de pesquisa temos como objetivo geral investigar a condição de acessibilidade nas escolas públicas da rede estadual e municipal da cidade de Anápolis, com especial atenção, aos espaços da educação física.

Tendo-se como objetivos específicos:

- Verificar a acessibilidade nos espaços das escolas (entradas das escolas, quadra de esporte, salas de aula, laboratórios e banheiros);
- Realizar um levantamento das características da acessibilidade nas aulas de educação física das escolas municipais e estaduais da rede pública de Anápolis;
- Descrever as formas adequadas de acessibilidade a serem adotadas nas escolas para a melhoria da realização das aulas de educação física;

- Apontar as dificuldades de implantação das normas de acessibilidade no município da pesquisa, de acordo com a norma ABNT 9050.

Tal problemática se justifica em razão de tratar de um direito de todos o acesso à educação física, uma vez que as barreiras arquitetônicas podem limitar ou impedir esse acesso. Deve-se, portanto, identificar as barreiras arquitetônicas e promover sua adaptação para essa nova realidade, tornando as escolas na cidade de Anápolis mais acessíveis. Desta maneira é importante analisar as condições de acessibilidade da escola para os alunos portadores de deficiência física quando da prática da atividade física nas aulas de educação física, da rede Municipal de Educação da cidade de Anápolis.

CAPÍTULO I REVISÃO DE LITERATURA

1.1 ACESSIBILIDADE

De acordo com o autor Sasaki (1999) o termo "acessibilidade" começou a ser utilizado recentemente. Historicamente, sua origem se deu em função de designar a condição de acesso das pessoas com deficiência, e também pelo surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40.

A acessibilidade em um contexto escolar implica que todos os membros da escola são responsáveis pelo sucesso ou insucesso de acesso aos ambientes educacionais, do que vêm acontecer neste âmbito escolar, os professores ou educadores, funcionários em termos gerais são essas pessoas que sempre vão ser o alvo daquilo que não funciona ou funciona.

Portanto este trabalho é fundamental para as pessoas que trabalham e estudam, em virtude de sua essência na humanização, e a possibilidade de se elevar o nível educacional das pessoas com deficiência ao oferecer condições para a melhoria da qualidade de vida ao promover meios de acessibilidade nas instituições públicas ou privadas.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – e segundo a NBR 9050:2004, artigo 3.32 pessoa com mobilidade reduzida, é aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros.

Em áreas como na arquitetura e no urbanismo, este tema tem sido uma preocupação constante no decorrer das últimas décadas. Atualmente estão em andamento obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, visando eliminar os obstáculos existentes ao acesso, modernizando e incorporando essas pessoas ao convívio social, possibilitando o ir e vir.

Entretanto, essa questão é uma das reivindicações mais antigas dos movimentos das pessoas com deficiência. Como todo e qualquer fenômeno social, ele sofreu alteração ao longo da história e é importante compreender como estas transformações ocorreram, para termos um entendimento maior do que a acessibilidade significa hoje.

As escolas devem oferecer um estudo de qualidade em todo seu contexto, porém veja que a acessibilidade é importante e deve ser um dos pilares nas escolas públicas, com isto, todos seus alunos deverão ser tratados com igualdades, tanto os portadores de deficiências ou

não. Somente através do acesso que se pode oferecer essa igualdade, mas que para isto venha acontecer tem que se adotar medidas tanto preventivas como normativas.

Na concepção de Soares (1992) a classe médica intervinha diretamente no desenvolvimento dos conteúdos da educação física escolar e na produção do conhecimento sobre o tema, por ser reconhecida como detentora dos conhecimentos de ordem biológica. Para alcançar esses benefícios precisamos de leis que garantam condições mínimas de igualdade, só através dessas regras impostas ao sistema educacional é que tem as condições de oferecer uma oportunidade a todos os alunos sejam com deficiência ou dificuldades de mobilidade.

Essa normativa segundo a ABNT NBR 9050 é a principal norma de uma série focada na acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, idosos obesos e gestantes, atendendo a todas as disposições do Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana, o Brasil Acessível, lançado pelo Ministério das Cidades para implementar o Decreto nº 5.296, de 2004.

De acordo com os autores (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1992; SOARES, 1994; CARVALHO, 1995), a relevância do estudo dos aspectos da acessibilidade repousa no fato de contribuir para a reflexão sobre uma Educação Física Educacional compromissada. As escolas tem uma grande responsabilidade na formação educacional das pessoas, também tem que se preocupar e ofertar um estudo de qualidade a todos, sem discriminação, possibilitando a todos ter as mesmas condições, o ensino também tem que ofertar as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida às mesmas condições com os demais, as escolas devem se preparar para uma acessibilidade aos seus alunos com deficiência, quando isto não ocorre a uma tendência de vazão escolar dessas pessoas por falta da acessibilidade na qual vai facilitar sua locomoção dentro e fora da escola, infelizmente muitas dessas medidas só são adotadas com fiscalização dos órgãos responsáveis.

Conforme Farinatti (1994, p.47) nos relata que a prática de [...] uma educação física, e principalmente, a se conscientizarem acerca de sua importância e benefícios para a vida, possibilitando a identificação dos fatores que os impedem, por vezes, de praticar exercícios regularmente [...], portanto, o planejamento e execução de programas visando ao engajamento em atividades corporais (na escola ou fora dela) é, assim, uma questão não é só de saúde pública – como encarada por alguns – mas de cidadania. Vejamos que através da educação escolar poderemos melhorar à prática de atividades físicas constitui-se em um direito tão fundamental quanto ao acesso à educação, saneamento básico ou transporte público pelo qual, portanto, vale a pena lutar.

Neste contexto a educação física praticada no ambiente escolar tem um papel importante além de sua importância como disciplina curricular e como prática da atividade física se traduz num momento de bem-estar, de alegria e de socialização. Tal comportamento reflete a capacidade da comunidade se interagir entre os pares de uma forma melhor. Assim a prática esportiva escolar é materializada na disciplina de educação física escolar, como forma de se fazer este elo entre prática e teoria e que se tem a cada dia letivo de se procurar formas e mecanismos para melhorar a didática, e assim proporcionar o crédito necessário para que se tenha respeito e autonomia entre todas as disciplinas.

Neste contexto de acessibilidade é muito importante que as escolas venham a aprimorar suas ofertas às pessoas com uma determinada necessidade especial, só através de reformas arquitetônicas, como no caso de construção mais antiga, e já que para as novas, estas estejam implementados as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 9050).

Mayeda & Araújo (2005) nos reporta que o que garantirá o sucesso nessa reinserção é a forma como essa pessoa reconstrói seu autoconceito a partir dessas mudanças, adaptando-se e compreendendo sua nova situação. A cadeira de rodas torna-se uma extensão de seu corpo e, conviver com esse auxílio trará nova percepção sobre o mundo e sobre a forma de viver, o que implica em maior ou menor grau a mudança no auto-conceito. O esporte adaptado pode ser uma boa opção para essa população que busca nele, além dos benefícios físicos, uma interação social e conscientização que possibilite avanços positivos nos aspectos psicológicos.

Winnick (2004, p. 6) caracteriza o esporte adaptado como sendo [...] “o esporte modificado ou criado para suprir as necessidades especiais dos portadores de deficiência”. O autor afirma que ele pode ser praticado em ambientes integrados, onde pessoas com deficiência interagem com pessoas sem deficiência, ou em ambientes segregados, nos quais a participação esportiva envolve apenas pessoas com deficiência.

Portanto é fundamental que as escolas percebam a relevância de se cumprir as normas previstas, como forma de se realizar um trabalho que irá beneficiar todos os indivíduos no ambiente escolar de forma igualitária. E assim, eles terão os mesmos direitos e oportunidades, beneficiando diretamente o portador de deficiência, de maneira que seu direito seja respeitado.

1.2 ACESSIBILIDADES NA ESCOLA/ ESPAÇOS DE LAZER

No que tange o conceito de acessibilidade é importante destacar as suas formas, segundo Sasaki (2009) são basicamente seis os contextos de acessibilidade:

- **Acessibilidade arquitetônica:** sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.
- **Acessibilidade comunicacional:** sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil), virtual (acessibilidade digital).
- **Acessibilidade metodológica:** sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).
- **Acessibilidade instrumental:** sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.).
- **Acessibilidade programática:** sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).
- **Acessibilidade atitudinal:** sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral.

Neste cenário a acessibilidade é tratada em todo contexto do portador de deficiência, deste do envolvimento da família e da comunidade, quanto no atendimento às necessidades básicas da criança e do adolescente. Assim a responsabilidade é conjuntamente com a sociedade e o Estado na promoção do desenvolvimento infantil e juvenil, nas escolas esse trabalho se torna ainda de maior valor, por meio da educação que tem o papel de integrar as pessoas com alguma deficiência na sociedade, principalmente nas redes públicas na qual se percebe de uma melhora neste aspecto de oportunizar a todos os alunos, no cumprimento a NBR -9050.

Nesta perspectiva nota-se que a sociedade, no transcorrer dos tempos, tem adquirido novas formas de ver e lidar com as deficiências dos indivíduos, de acordo com a cultura, a

época e até mesmo os valores vigentes buscando formas de elucidar o termo acessibilidade nas escolas e espaços de lazer.

Na concepção de Barbanti (2003, p. 92) a educação física adaptada “[...] pode ser conceituada como a Educação que envolve modificações ou ajustamentos das atividades tradicionais da Educação Física para permitir às crianças com deficiências participar com segurança de acordo com suas capacidades funcionais”.

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é um movimento que se destaca no país pelo seu pioneirismo. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de Dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte – americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. No seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos; e admirava-se por não existir no Brasil, algo assim.

Na década de 70, os alunos com deficiência começaram a frequentar as classes comuns, devido ao surgimento de propostas de integração, que demonstravam novas possibilidades educacionais e avanços dos estudos nas áreas de Pedagogia e Psicologia. Inicia-se, então, uma nova concepção caracterizada pela atitude de educação e reabilitação como um novo paradigma educacional. Entretanto, coexistia ainda a marginalização por parte dos sistemas educacionais, que não ofereciam condições adequadas para atender as necessidades desses alunos e atingir a eficiência no âmbito escolar.

Com o surgimento do termo inclusão houve a necessidade de se rever os métodos de ensino aprendizagem e de avaliação, fazendo com que todos os alunos sejam participativos, e, assim proporcionar o ambiente educacional agradável, no sentido de inclusão, e deixar as ideias de discriminação e preconceitos.

Nas décadas de 80 e 90, houve uma proposta inovadora em relação à proposta anteriormente citada, cujos resultados não modificaram a realidade educacional. Essa nova concepção propunha que os sistemas educacionais passassem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade e proporcionar adequações que atendessem às necessidades requisitadas.

O Ministério da Educação Especial (BRASIL, 2006) evidencia que a deficiência deve ser considerada como uma diferença que faz parte da diversidade e não pode ser negada, porque “ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas”. Segundo a Declaração de

Salamanca¹, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988a) é ainda mais enfática:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, determinando a seguir os deveres específicos do Estado: ensino fundamental, obrigatório, gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando; atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (p. 137-138).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que consolida, na ordem jurídica, os princípios da Doutrina de Proteção Integral, preconizada pelas Nações Unidas, aprofunda o disposto na Constituição, ao fazer considerações a respeito do bem-estar da criança:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Há neste contexto uma grande necessidade de envolvimento da família e da comunidade no atendimento às necessidades básicas da criança e do adolescente, responsabilizando-se conjuntamente com a sociedade e o Estado na promoção do desenvolvimento infantil de criança e adolescente. Uma estratégia viável é a integração dos vários serviços públicos indispensáveis, tais como saúde, educação, esportes, cultura,

¹ A Declaração de Salamanca sobre os Princípios, a Política e as Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais e um Enquadramento da Ação. Estes documentos estão inspirados pelo princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir “escolas para todos” – instituições que incluam todas as pessoas aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais. Como tal, constituem uma importante contribuição ao programa que visa a Educação para Todos e a criação de escolas com maior eficácia educativa. (BRASIL, 2006)

preparação para o trabalho, alimentação, relacionando-se com a garantia de acesso continuado a esses serviços.

É prioritário assegurar, com rapidez e racionalidade, a prestação de serviços sociais que atendem às necessidades físicas, intelectuais e psicológicas das crianças e adolescentes, que são seres em formação que devem ter reconhecidos as desigualdades e diferenças individuais e sociais, bem como as diversidades regionais e locais.

O contexto social, econômico e político brasileiro é o do neoliberalismo, que tenta, via globalização pretensamente inexorável imprimir marca indelével nas políticas públicas, entre elas a educação. Tais políticas são induzidas por organismos internacionais impostas como acima de quaisquer suspeitas. Esse modelo econômico vigente, que define a atual política educacional de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. De modo que cada indivíduo é instigado constantemente a dar o melhor de si, qualificar-se, superar a si próprio e aos outros, sob o argumento de que aos melhores estarão asseguradas as grandes oportunidades de trabalho. Os demais - tidos como “despreparados”, “incompetentes” – estão condenados à exclusão do mercado de trabalho.

1.3 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.

A Educação Física é um direito de todos, e a sua prática pedagógica no ambiente escolar auxilia com a inclusão da pessoa com deficiência por meio do aprendizado do processo de desenvolvimento motor, à medida que estruture um ambiente que proporcione vivências motoras capazes de incrementar sua habilidade para solucionar as tarefas apresentadas pelo ambiente físico-social no qual está inserida. Assim na concepção de Cruz et al (2003) o professor

[...] lida todo o tempo com as diferenças de seus alunos - quer apresentem ou não necessidades especiais, e esta assertiva impõe que se assumam a heterogeneidade manifesta em seus movimentos corporais. No entanto, tendemos a subestimar as possibilidades de participação desses alunos em nossas aulas. (CRUZ et al., 2003).

No que se refere à Educação Física Escolar (EFE) é necessário uma ampla variedade de atividades (alternativas) seja oferecida aos alunos para que se efetive a inclusão. Como se tem observado a educação física para pessoas com deficiência física em seu dia a dia, tem que haver alternativa das práticas didáticas para que não haja a exclusão dos demais alunos não

deficiente, pois os mesmos tem o mesmo direito em participação na atividade, como alunas gestantes e outros alunos com dificuldade momentânea motora.

Segundo Lemos (2002 p.20) em seu artigo: O Princípio da Inclusão: um elemento da metodologia das aulas de Educação Física. Ele cita que

[...] as atividades de salto em altura podem ser totalmente excludentes se a altura da corda ou sarrafo estiver padronizada (a 0,80 centímetros de altura, por exemplo), ao passo que se o mesmo estiver inclinado (0,80 centímetros em uma ponta e 0,20 de altura em outra) irá possibilitar que todos os alunos sejam incluídos, que todos participem da atividade proposta, proporcionando situações de sucesso.

Para o autor a Educação Física tem muito a oferecer às pessoas portadoras de diversos tipos de deficiência, nas mais variadas formas de atividade. Seguramente, é capaz de promover a integração social do deficiente, provocando o seu interesse pelo esporte e por atividades físicas. (LEMOS, 2002). Neste aspecto das diretrizes curriculares na disciplina de educação física escolar, tem que se levar em conta as políticas públicas para a educação.

Na visão de Lemos (2002) essa tendência pode ser percebida pela observação de vários tipos de situações identificadas no dia-a-dia de muitas aulas de Educação Física, tais como a auto exclusão, a falta de interesse de muitos alunos (pelos mais variados motivos); o pouco sentido que a comunidade escolar dá em se rever as regra dessas aulas; a dificuldade dos professores ampliarem o âmbito de sua intervenção na formação das crianças, jovens e adultos, tanto pela falta de políticas de formação continuada, quanto pela insuficiência de interesse pessoal de cada docente, aliada alguns casos da falta de estrutura física e/ou material.

CAPITULO 2 METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO

Essa pesquisa caracteriza-se como descritivo-exploratório de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de procedimentos organizados para representar os fatos, os fenômenos da realidade. (OLIVEIRA, 1997)

A pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. As características mais relevantes envolvem a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Dentre as pesquisas descritivas destacam-se as que têm por finalidade estudar as características de um grupo específico tais como idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física, etc. (GIL, 1999).

Segundo Oliveira (1997), a pesquisa descritiva é um procedimento que visa descrever e caracterizar fenômenos e populações, estabelecendo relações entre variáveis e fatos.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (1999, p. 43) proporciona uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo, neste caso específico, identificar se a escola é acessível ou não. O objetivo dessa investigação é a acessibilidade para as pessoas com deficiência física na prática da educação física, em seu dia a dia, de modo que não haja a exclusão.

Assim, com a realização dessa pesquisa nas escolas estaduais e municipais, e a observação da infraestrutura arquitetônica das escolas para que possa ofertar as aulas de educação física com melhor qualidade para as pessoas com deficiência física. Tal cenário deve garantir o direito de todos ao ensino da educação física, além de ofertar as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida às mesmas condições com os demais, as escolas devem se preparar para uma acessibilidade aos seus alunos com deficiência.

2.2 DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS E PARTICIPANTES INVESTIGADOS

O estudo foi realizado com 08 escolas, estaduais e municipais, da cidade de Anápolis, localizada no sul estado de Goiás, com aproximadamente 400.000 habitantes, sendo um importante polo industrial do país. As escolas estaduais e municipais foram selecionadas de forma dirigida, sendo escolas que possuem um grande número de estudantes e localizadas nos bairros mais próximos do pesquisador, sendo situadas mais ao norte da cidade de Anápolis.

Optou-se por realizar a pesquisa em escolas municipais e estaduais, pois permitem identificar as condições de acessibilidade em escolas de ensino fundamental e escolas de ensino médio.

O momento para tal pesquisa é muito oportuno em virtude da atual gestão municipal de Anápolis ter feito várias reformas nas escolas da cidade, permitindo identificar se houve ou não a preocupação com a acessibilidade para as pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida em sua gestão de governo. Os Diretores de cada uma das escolas também participaram da pesquisa.

2.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETAS DE DADOS

A coleta de dados foi realizada a partir de uma visita técnica as escolas, instruída a partir de um roteiro técnico e questionários aplicados, conforme ANEXOS B e C, para verificação das instalações e condições das mesmas, considerando sua avaliação em relação às normas da ABNT de acordo com a NBR 9050/2004. Este tipo de aferição e de registro dos dados permite uma análise comparativa em relação ao material orientador, no caso a NBR 9050/2004.

Também fora aplicado um questionário com perguntas abertas com os Gestores de cada uma das escolas investigadas. Segundo Gil (1999) o questionário é uma técnica de investigação composta por um número de questões consideráveis, apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas pelas pessoas.

2.4 PROCEDIMENTOS

Para a realização da pesquisa foi seguidas as seguintes etapas:

- ✓ Apresentação da proposta de pesquisa a Direção da escola;
- ✓ Apresentação junto à direção da escola do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- ✓ Aplicação do questionário com os gestores das escolas;
- ✓ Realização da visita técnica para coleta de dados primários sobre acessibilidade.

2.5 INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS

Para coleta de dados foi feita uma visita técnica para verificação das instalações e condições das mesmas a se enquadrarem dentro das normas da ABNT de acordo com a NBR 9050/2004. Para melhor entender os resultados, os dados foram organizados em grupos, divididos conforme os ambientes de uso comum dos alunos nas escolas, apresentados e descritos a seguir:

AMBIENTE

- Acessos e circulação do Prédio
- Acessos ao prédio e às salas de aula
- Acessos aos demais ambientes da escola
- Rampas e elevador
- Estacionamento
- Corredores e portas de entrada Espaço para circulação
- Largura das portas
- Salas de aula
- Localização
- Entrada
- Classes adaptadas
- Espaço dentro da sala de aula

OUTROS ESPAÇOS

- Biblioteca
- Refeitório
- Secretaria
- Sanitários e bebedouros

QUANTIDADE

- Adequação de sanitários
- Lavatórios
- Bebedouros
- Localização de bebedouros.

CAPITULO 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dividiu-se a apresentação e discussão dos dados em dois momentos. No primeiro momento discutem-se os dados da acessibilidade arquitetônica das escolas aferidos a partir do roteiro da visita técnica. No segundo momento é discutida a percepção dos gestores sobre a acessibilidade arquitetônica nas instituições em que atuam.

3.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Este tópico trata do estudo realizado sobre acessibilidade, foram visitadas 8 (oito) escolas entre a Rede Municipal e Estadual da cidade de Anápolis, onde foram realizadas visitas técnicas, contendo uma ficha com vários itens sobre a existência de acessibilidade ou não, para pessoas com deficiência, para que a partir daí possa ser analisadas e comparadas os dados se estão ou não de acordo com as normas da ABNT. De acordo com a visita realizada nas escolas a tabela 1 exemplifica os dados coletados, sobre a escala de acessibilidade na escola.

Tabela 1: Escala de acessibilidade nas escolas Municipais e Estaduais de Anápolis.

ESCALA DE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS	SIM	NÃO	Em nível
	Nº	Nº	Nº
3º A escola possui corrimãos para o livre acesso dos alunos.	5	3	
4º A escola possui bebedouros adaptados.	5	3	
5º Quanto às áreas de convívio no pátio da escola	5	3	
6º As mesas de refeitórios			
7º Largura das portas das salas de aula	5	3	
8º Quadro/Lousa, altura da Borda Inferior	6	2	
9º Altura dos interruptores de energia elétrica é adequada	4	4	
10º As salas possuem carteiras escolares adaptadas	5	3	
11º Área de circulação entre as mesas são adequadas	8	0	
12º Área de circulação entre as mesas e o quadro/lousa para manobra de cadeira de roda de 180º são adequadas	8	0	
13º Largura das portas dos banheiros são adequadas.	5	3	
14º Medida interna dos banheiros se a espaço suficiente para a	4	4	

circulação de cadeirante			
15° A escola possui piso antiderrapante no banheiro.		8	
16° Altura das pias dos banheiros.	6	2	
17° Altura da válvula de descarga dos banheiros	7	1	
18° Altura do vaso sanitário é adaptada.	7	1	
19° O banheiro possui barras de seguranças	4	4	
20° A escola possui quadra poliesportiva	7	1	
21° A escola possui rampa de acesso para a quadra poliesportiva	3	2	3
22° A escola possui outros espaços (sala de dança, praça, etc) para aulas de educação física.		8	

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

A pesquisa inicia-se com o primeiro contato com as escolas de acordo com a Tabela 1: Escala de acessibilidade nas escolas Municipais e Estaduais de Anápolis.

Em relação a primeira questão, se na entrada das escolas possui ou não rampas de acesso para pessoas com deficiências. As rampas que facilitem o acesso das pessoas com deficiência às instalações das escolas possibilitando a entrada dos alunos com autonomia e segurança, e garantir seus direitos, não só promove a dignidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mas são importantes como medidas de segurança em caso de acidente.

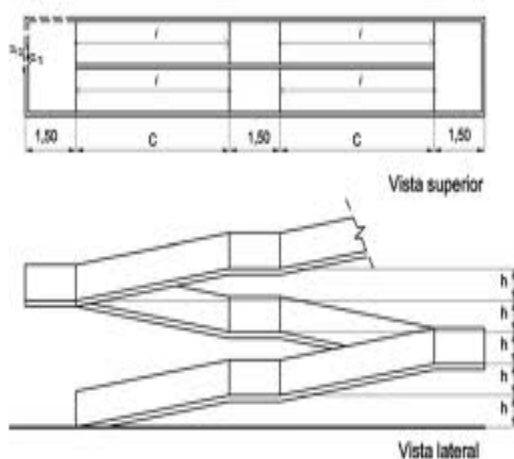


Figura 1: Existência de rampa de acordo com as normas da ABNT.



Figura 2: Foto da Rampa da Escola A

A tabela a seguir sintetiza a análise das dimensões que promovem a acessibilidade do espaço escolar.

Tabela 2: Questões analisadas no questionário de acordo com cada escola visitada.

	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D	Escola E	Escola F	Escola G	Escola H
QUESTÃO Nº 1	SIM	NAO	NÃO	SIM	NÍVEL	NÍVEL	SIM	SIM
QUESTÃO Nº 2	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
QUESTÃO Nº 3	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM
QUESTÃO Nº 4	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM
QUESTÃO Nº 5	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
QUESTÃO Nº 6	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
QUESTÃO Nº 7	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO
QUESTÃO Nº 8	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
QUESTÃO Nº 9	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
QUESTÃO Nº 10	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
QUESTÃO Nº 11	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
QUESTÃO Nº 12	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
QUESTÃO Nº 13	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
QUESTÃO Nº 14	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
QUESTÃO Nº 15	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
QUESTÃO Nº 16	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
QUESTÃO Nº 17	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
QUESTÃO Nº 18	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
QUESTÃO Nº 19	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
QUESTÃO Nº 20	NAO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
QUESTÃO Nº 21	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÍVEL	NÍVEL	NÍVEL	NAO

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Seguindo as recomendações da norma da ABNT, as rampas tem que ter um leve declive ou ser em nível do chão. De acordo com a tabela 1, podemos observar que 4 escolas (A, D, G e H,) possuem rampas com um declive apropriado, dentro da norma, com demonstra a foto abaixo e na tabela 2, sendo que 2 escolas (B, C) não possuem rampa de acesso, e as outras 2 escolas (E, F) não necessitam de rampa de acesso, pois estão em nível possibilitando o aluno a entrar na escola sem maiores dificuldade. As normas da ABNT prescreve que a escola deve possuir corredores amplos em suas instalações com no mínimo 0,90cm, para propiciar aos alunos um fácil deslocamento, sem maiores dificuldades para que não venha a ter constrangimento, para que possa deslocar-se livremente dentro das instalações, sem nenhum obstáculo.

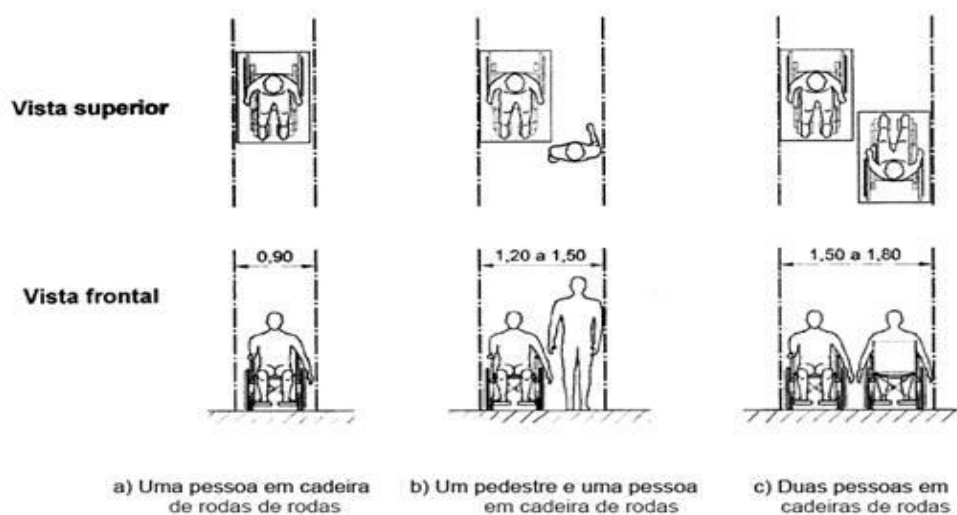


Figura 3: Existência de corredores amplos de acordo com as normas da ABNT.



Figura 4: Modelo de corredores de acordo com as normas da ABNT

Em relação à adequação dos corredores das escolas investigadas, 7 instituições (B,C,D,F,G e H) possuem corredores amplos para o fácil deslocamento dos alunos e somente 1 escola (A) não possui corredores amplos, neste caso dificulta o acesso dos alunos ao ambiente escolar e das atividades físicas.

Para a acessibilidade por meio de corrimões segundo as normas da ABNT constatou-se que 3 escolas (A,D,G) não apresentam corrimões, sendo que 5 escolas (B, C, E, F, H) possuem corrimão duplo que se encontra dentro das normas da ABNT (2004). Estas escolas atendem as medidas específicas pela ABNT que são de 0,92m para a barra superior e de 0,70m para a barra inferior. A existência dos corrimões é importante para favorecer o livre acesso dos alunos nas dependências da escola, favorecendo a autonomia e a segurança dos mesmos.

Em relação à área de convívio no pátio da escola identificou-se que somente 3 escolas (A, B, E) não estão adequadas o que promove alguma limitação motora para o acesso ao

pátio. Em contrapartida, as outras 5 escolas (C,D,F,G H) apresentam condição de mobilidade e espaço adequado para o convívio no pátio, permitindo a circulação de alunos e cadeirante no ambiente escolar destinado ao lazer, conforme figura 5, abaixo.



Figura 5: Pátio adequado – Escola D

Em relação à existência de bebedouros adaptados para o fácil acionamento dos alunos com deficiência, constatou-se que 5 das escolas investigadas (A, B,E,G H) possuem bebedouros adaptados que atendem as normativas indicadas na ABNT para o fácil acionamento dos alunos, sendo que somente 3 escolas (C,D,F) não possuem, porque a altura dos bebedouros se encontra abaixo do solicitado pela norma da ABNT. A figura 6 mostra que o bebedouro possui a medida inferior 0,45m, sendo que deveria ter como medida inferior 0,73, no qual se pode notar que é acessível para as crianças menores, mas não pessoas com deficiência física.



Figura 6: Bebedouros não adaptados – Escola C



Figura 7: Modelo de bebedouro de acordo com as normas da ABNT (2004).

Outra dimensão analisada se refere à largura das portas das salas de aula para o livre acesso dos alunos com deficiência, de forma mais independente e autônoma sem precisar de qualquer tipo de ajuda. Identificou que 5 escolas (A, B, C, E, F) investigadas possuem a largura das portas que facilita o acesso das pessoas com deficiência a sala de aula, como mostra a figura 8, e que em 3 escolas (D, G, H) a largura mínima exigida pela norma (0,80m), com mostra a figura 8, não é atingida.

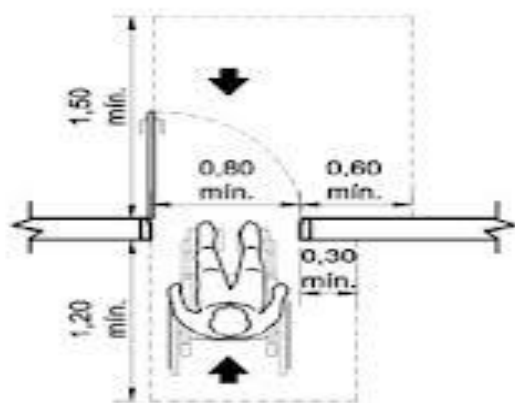


Figura 8: Modelo de largura de porta das salas de acordo com as normas da ABNT (2004)



Figura 9: Existência de sala de aula com largura das portas para o acesso de pessoa com deficiência - Escola D

Em relação à dimensão que trata da altura dos interruptores foi observado nas visitas técnicas que 4 escolas (A, B, C, H) possuem interruptores com altura ideal para o acionamento que de acordo com as normas da ABNT, que é de 0,60 m de altura mínima e

1,00 m de altura máxima. Possibilitando assim, que os alunos com deficiência consigam acioná-los sem nenhum tipo de constrangimento. De acordo com a norma, podemos observar que as outras 4 escolas (D,E,F,G) não cumpre este requisito legal.

Para que os alunos possam usar de maneira independente os banheiros, as portas devem conter no mínimo 0,80 cm de largura de acordo com as normas da ABNT (2004), para que pessoas com deficiência consiga entrar no banheiro sem que haja qualquer tipo de objeção. Constatou-se que 5 escolas (A,B,C,D,E) possuem portas com larguras ideais para a passagem, como demonstra a figura 10, e, as outras 3 escolas (F,G,H) não apresentam largura ideal para passagem, com medidas inferiores a norma.

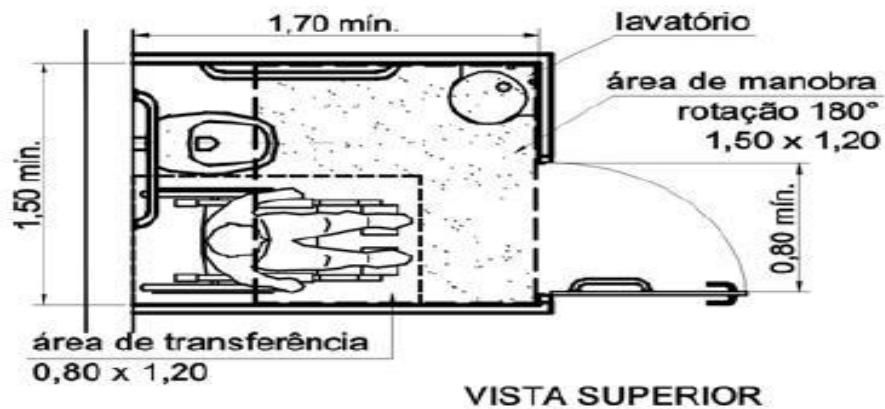


Figura 10: Modelo de porta de acordo com as normas da ABNT (2004).



Figura 11: Porta adequada – Escola D

Em relação ao espaço interno dos banheiros, as escolas devem possuir espaços internos suficiente para permitir a circulação de cadeiras de rodas e possibilitar a transferência, que de acordo com as normas da ABNT é de 1,50m mínimo de largura e 1,50m mínimo de comprimento. Sendo assim, observou-se que 4 escolas (A,B,F,G) possuem espaço interno adequado, exemplificado pela figura 12, e que 4 escolas (C,D,E,H) não possuem um espaço suficiente para a locomoção dos alunos com deficiência.



Figura 12: Circulação do banheiro adequada – Escola B

Os banheiros devem possuir em seu espaço interno válvula de descarga de fácil acionamento as pessoas com deficiência, e que de acordo com as normas da ABNT (2004) é de 1,00m de altura, como apresenta a figura 13. Em relação à válvula de descarga foi identificado que 7 escolas (A,B,C,D,E,F,H) investigadas possuem válvula de descarga de fácil acionamento, e, que somente 1 escola (G) não possui.

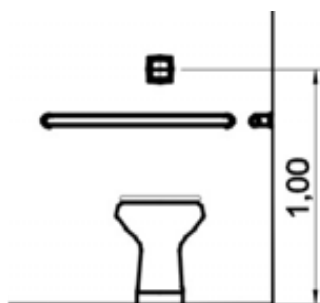
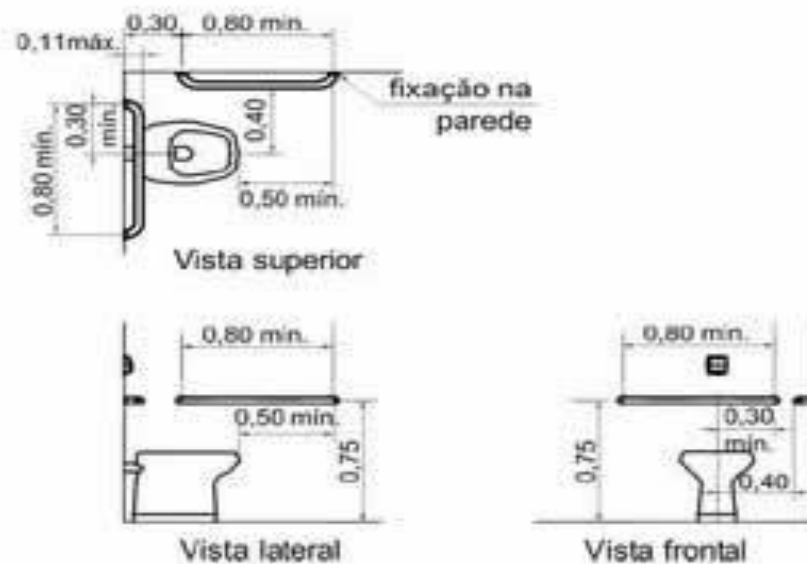


Figura 13: Modelo de válvula de descarga de acordo ABNT (2004)



Figura 14: Válvula de descarga de fácil acionamento – Escola C

Outra dimensão avaliada diz respeito às barras de apoio nos banheiros das escolas, sendo que estes devem possuir em seu espaço interno barras de apoio que facilitem o deslocamento das pessoas com deficiência dentro dos mesmos. De acordo com as normas da ABNT são duas barras de apoio de 0,80 cm, uma ao fundo e outra ao lado, como mostra a figura 15.



— **Bacia sanitária – Barras de apoio lateral e de fundo**

Figura 15: Barra de apoio para o sanitário, norma ABNT (2004)

Neste quesito identificou que 4 escolas (A,B,F,G) possuem barras de apoio que facilitam o uso do banheiro, e o restante as, outras 4 (C,D,E,H) escolas se encontram fora das normas especificadas por não possuir as barras.



Figura 16: Barras nas medidas especificadas – Escola F

Outra dimensão analisada diz respeito ao piso antiderrapante das escolas. Nenhuma das escolas pesquisadas possui piso antiderrapante, impossibilitando que os alunos possam transitar de forma mais segura, sem medo de sofrer qualquer acidente.

Em relação à altura das pias dos banheiros as escolas pesquisadas foi constatado que 6 escolas (A,D,E,F,G,H) possuem em seus banheiros pia e torneira com altura ideal para que os alunos com deficiência consigam utilizar e com fácil acionamento. Segundo as normas da ABNT esta deve estar a 0,80cm do chão, conforme observado na figura 17.



Figura 17: Pia acessível – Escola F

Em relação à rampa de acesso para a quadra poliesportiva foi investigadas a existência ou não de desníveis, pois segundo as normas da ABNT o acesso deve ser por rampas com um leve declive ou ser em nível do chão. Desta forma 3 escolas (B,C,D) possuem nível com declive apropriado para o acesso, 2 escolas (A,H) possuem rampa de acesso e 3 (E,F,G) não precisam, pois estas estão em nível do chão.

Em relação aos outros espaços para as aulas de Educação Física observou-se que 7 escolas (B,C,D,E,F,G,H) possuem espaço adequado para as aulas e apenas uma não possui espaço adequado. Em relação ao espaço das aulas foi considerado o relevo do piso, como demonstra a figura 18.



Figura 18: Quadra acessível – Escola D

Outra questão analisada diz respeito às formas de acesso as quadras poliesportiva, das 2 escolas (A,H) que possuem rampa de acesso, 1 escola encontra-se em estado precário de conservação, apresentando plantas e buracos que prejudicam a circulação. A rampa abaixo é um exemplo de acessibilidade comprometida, pois ainda que esteja no nível especificado na norma da ABNT (2004), não garante o acesso à quadra poliesportiva de forma segura.



Figura 19: Rampa com acessibilidade comprometida – Escola H

Os resultados analisados de acordo com Tabela 1 e Tabela 2 contribuem para análise de acessibilidade arquitetônica parcial, em função de nenhuma escola atender a todos os quesitos analisados no questionário. Mas a maioria das escolas apresenta-se de acordo com as normas da ABNT em relação à Acessibilidade ao ambiente educacional para a prática da Educação Física.

3.2 PERCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES SOBRE A ACESSIBILIDADE

Foi questionado junto aos gestores se as escolas em que atuam eram adequadas em relação à acessibilidade, das 8 escolas pesquisadas, 4 gestores das escolas A; B; F e G responderam que estão melhor adequadas para receber alunos com deficiências, pois oferecem uma melhor estrutura arquitetônica, respeitando os direitos dos alunos. As outras 4 escolas C; D; E; G, as gestoras relataram que faltam melhorias para o atendimento adequado para a acessibilidade dos alunos com deficiência de acordo com a norma da ABNT, os gestores dessas escolas relatam, que esta situação é devido construção ser antiga, e não ter sido reformada segundo a referida norma para que possam atender melhor e com mais qualidade os alunos com deficiência.

Algumas escolas, segundo relato das gestoras em relação à estrutura arquitetônica está fora das normas, pois as portas não atendem as normas da ABNT, também não tem rampas de acordo com previsto nas normas da ABNT, e citam ainda que os banheiros não têm condições de acessibilidade para os alunos com deficiência.

Na pergunta seguinte foi questionado se a com a estrutura arquitetônica adequada seria possível receber mais estudantes com deficiência na escola em que trabalha, segundo relato de todas 8 gestores das escolas está é a condição essencial para garantir a acessibilidade, porém seria necessário incluir neste cenário o apoio clínico de profissionais como: psicopedagogos, fisioterapeuta.

Outra questão abordada diz respeito a habilidade do corpo docente para lidar com os alunos com deficiência, neste quesito 5 gestores das escolas(A, C,D,E,H) relataram que é fundamental o apoio do corpo docente bem preparado para tratar da acessibilidade desses alunos. Enquanto as demais gestoras das escolas (B; F; e G) disseram que para promover a acessibilidade desses alunos é necessário a presença de um cuidador, para alguns alunos possuem maior deficiência motora, assim a escola sem uma infraestrutura de acordo com a norma da ABNT não consegue atender os alunos com deficiência.

Esses relatos contribuem para análise da importância da estrutura arquitetônica para a promoção da acessibilidade que segundo SASSAKI (2009, p.10) [...] para a acessibilidade é importante destacar as suas formas, de acessibilidade arquitetônica sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo[...].

Os gestores também cita que é importante agregar o conhecimento de todos para um melhor aproveitamento dos alunos com deficiência para o melhoramento do relacionamento e das informações sobre os aspectos que promovam a acessibilidade de alunos com deficiência no ambiente escolar, conforme o SASSAKI (2009, p.16)

[...] os técnicos, em especial os psicólogos, devem também trabalhar com as inteligências múltiplas para si mesmos, e para os alunos e familiares. Os funcionários administrativos da escola se beneficiarão muito com o conhecimento da teoria das inteligências múltiplas e passarão a melhor compreender os comportamentos dos alunos, resultando em um melhor relacionamento interpessoal com os mesmos [...].

Outra abordagem realizado com os gestores trata especificamente da dificuldade de se promover a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas, segundo relato de 5 gestores das escolas (A; B; C; F e G) disseram que a maior dificuldade é a falta de professores e de funcionários melhor preparados para trabalhar com os alunos com deficiência, as outros 3 gestores das escolas (D; E; H) relatam que a falta de acessibilidade arquitetônica, a falta de apoio das famílias, a falta de interesse em buscar conhecimento para que o trabalho fluem melhor, a falta de salas de aulas melhores adequadas e de material pedagógico dificultam o desenvolvimentos do trabalho que promovam a acessibilidade no ambiente escolar.

A análise dos resultados permite afirmar que nenhuma escola pesquisadas atendem adequadamente os quesitos da acessibilidade tratada no questionário segundo o que estabelece a norma da ABNT. Mas a maioria das escolas como: A; C; D; G e H apresentam maiores benefícios aos alunos com deficiência de acordo com as normas da ABNT em relação à acessibilidade ao ambiente educacional para a prática da Educação Física, enquanto as escolas B; E e F, segundo relato de seus gestores estão fora das normas em razão da estrutura física ser antiga, mas que está se encontram em processo de melhoria para atender o público que possui deficiência física com melhor qualidade.

De acordo com os resultados é perceptível que os gestores das escolas têm que cobrar de seus governantes que se cumpram as leis conforme o est. Art. 4º Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em razão deste se constituir em direito da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que das escolas pesquisadas somente 4 possuem rampas de acesso, escolas A; D; G; H, e em nível com o calçamento, 2 (duas) E; F, e 2 G;H, não possuem rampas de acordo com as normas da ABNT, possuem corredores que possibilitam o deslocamento de crianças que utilizam cadeiras de rodas, 5 são as escolas B; C; E; F; H, possui corrimãos para o livre acesso dos alunos e os bebedouros encontra-se na condição de acessibilidade com adaptação.

Em relação às áreas de convívio no pátio, a largura das portas das salas de aulas e largura das portas dos banheiros a maioria das escolas, ou seja, 5 escolas C;D;F;G;H, atendem aos critérios da acessibilidade, e ainda as salas possuem carteiras adaptadas.

No que tange aos espaços de circulação entre mesas e a área de circulação entre as mesas e o quadro para manobra de cadeira de roda de 180° todas as escolas atenderam aos aspectos da acessibilidade. Em relação à medida dos interruptores de energia elétrica 4 escolas A;B;C;H, atendem a norma da ABNT, em relação a existência de antiderrapante nas escolas nenhuma atendeu as normas da ABNT.

A análise da acessibilidade das pias dos banheiros 6 escolas A;D;E;F;G;H, estão de acordo com o requisito da norma ABNT, no que tange a altura da válvula de descarga dos banheiros e situação dos vasos sanitários adaptados 7 escolas A;B;C;D;E;F;H, atendem os requisitos da norma ABNT.

Quanto às barras de segurança nos banheiros metade das escolas pesquisada atendem aos critérios de acessibilidade, e outro requisito importante são as quadras poliesportivas de forma que 7 escolas B;C;D;E;F;G;H; estão dentro das normas, e em relação a existência de rampas de acesso para as quadras foi constatado que 3 escolas B;C;D, existe as rampas dentro das normas, 2 escolas A;H não estão dentro das normas e todas as escolas não possui outros espaços como (sala de dança, praça) para aulas de Educação Física.

Em relação à acessibilidade conclui-se que em grande maioria as escolas estão de acordo com as normas da ABNT em relação à acessibilidade para a prática da Educação Física no ambiente escolar, o que se pode perceber é que em relação ao acesso para o espaço designado às aulas de Educação Física, ou seja, a quadra percebe-se um déficit neste critério em função de algumas escolas visitadas apresentarem dificuldade para acessar a rampa na quadra para alunos com deficiência, promovendo assim uma desigualdade entre os alunos.

Esta pesquisa abre espaço para novas investigações sobre a acessibilidade em outros ambientes educacionais e esportivos.

Para que todos os alunos tenham o mesmo direitos, tem que haver muitos avanços pontuais, ainda é determinante fator de exclusão social, uma vez que a escola está incluída na cidade e seus serviços devem ser acessíveis se não há como o aluno com deficiência chegar a ela.

É em virtude de algumas inadequações das vias urbanas, calçadas e transportes coletivos, que o aluno com mobilidade reduzida, fica muitas vezes impedido do acesso à educação. O entorno urbanístico costuma apresentar barreiras e não há transporte público acessível adequado.

São através desses dados que os órgãos públicos devem promover melhorias nas escolas é promover mais pesquisas sobre a acessibilidade para que todos tenha o direito de ir e vir em condições de igualdade.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Norma Técnica Brasileira NBR9050**. Acessibilidade a edificação mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2 edição, 2004.

APAE – PEGOL. Acessibilidade educação inclusiva. Disponível em: <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/report_acessibilidade_educacao_inclusiva_pt.html>
Acesso em : 20 jul. 2013.

BARBANTI, V.J. **Dicionário de educação física e esporte**. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

CRUZ, G. de C.; RAZENTE, D. M. R.; MANGABEIRA, E. M. C.. Considerações de Professores de Educação Física sobre o Atendimento de Alunos de Classes Especiais Inseridos em Ambientes Educacionais Sob a Perspectiva da Inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo: Marília. V. 9, n. 2. Jul-Dez 2003. p. 211-226.

Estatuto da Criança, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

FARINATTI, P. de T. V. Educação Física Escolar e Aptidão Física: um ensaio sob o prisma da promoção da saúde. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 16, n. 1, p. 42-48, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GHIRALDELLI JÚNIOR; SOARES; CARVALHO. **Revista Pensar a Prática**, v.8 n.1
Goellner et al. R. da Educação Física/UEM. Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, 3.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

MARQUES, Carlos Alberto. Integração: uma via de mão dupla na cultura e na sociedade. In: MANTOAN, Maria Tereza Egler (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre tema**. São Paulo: Memnon, 1997. p. 18-23.

MAYEDA, S; ARAÚJO, P.F. Uma proposta de ginástica geral para deficientes físicos. **In: Movimento e Percepção**. Espírito Santo de Pinhal, SP, v.4, n.4/5, jan./dez. 2005. Disponível em:< <http://189.20.243.4/ojs/movimentopercepcao/view>> Acesso em: 25 jul.2013.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SOARES, Carmem Lucia et al. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

WINNICK, J.P. Introdução à educação física e esportes adaptados. In: WINNICK, J.P. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004. p.3-19.

ANEXOS

ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ENSINO A DISTÂNCIA**

**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA INSTITUIÇÃO NO PROJETO DE PESQUISA**

Eu, _____,
RG _____, abaixo assinado, AUTORIZO a Instituição:
_____ em participar do estudo:
_____. Fui
devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador:
_____ acerca da pesquisa e dos procedimentos
nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes desta
participação para a Instituição concedente. Foi-me garantido que posso retirar
o consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer tipo de
penalidade.

Goiânia, _____ / _____ /2013.

Assinatura do responsável.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ENSINO A DISTÂNCIA



**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO NO
PROJETO DE PESQUISA**

Eu, _____,

RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo:

_____, como sujeito. Fui

devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador:

_____ sobre a pesquisa e os procedimentos nela

envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha

participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer

momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de minhas

relações com a Universidade e/ou os serviços prestados por ela.

Goiânia, ____/____/2013.

Assinatura do sujeito/responsável.

Presenciamos o acordo firmado entre pesquisador e sujeito da pesquisa.

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXO B: Questionário sobre acessibilidade na escola - Diretor

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

QUESTIONÁRIO DIRETORA/OR – ACESSIBILIDADE NA ESCOLA**DESCRIÇÃO DA ESCOLA**

Cidade/Município: _____

Nome da Escola: _____

1) O que você entende por inclusão?

2) Em sua opinião esta escola é inclusiva? () sim () não

a. Explique sua opinião.

3) A escola em que você trabalha possui uma estrutura arquitetônica adequada para receber pessoas com deficiência? () sim () não

a. Caso sua resposta tenha sido não, explicite o que em sua opinião necessitaria ser modificado para que a estrutura arquitetônica desta escola se tornasse acessível?

4) Em sua opinião, com uma estrutura arquitetônica adequada seria possível receber mais estudantes com deficiência na escola em que você trabalha? () sim () não

a. Explique sua opinião.

5) Em sua opinião, o que mais dificulta a inclusão de pessoas com deficiência na escola que você trabalha?

ANEXO C: Roteiro de Observação e Medidas – Acessibilidade na Escola

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E MEDIDAS - ACESSIBILIDADE NA ESCOLA

DESCRIÇÃO DA ESCOLA

Cidade/Município: _____
Nome da Escola: _____
Bairro em que esta situada: _____ Número de estudantes matriculados na escola: _____
A escola possui estudantes com deficiência? () Não () Sim - Número de estudantes com deficiência _____
Tipos de Deficiência: _____
A escola possui quantos andares/pavimentos: _____
Como se dá o acesso aos andares/pavimentos superiores: () escada () elevador () rampa

ENTRADA DA ESCOLA

1. Da calçada para dentro da escola é necessário rampa de acesso? () Não () Sim
2.1 A escola possui esta rampa de acesso? () Não () Sim

Desnível	Inclinação máxima
Mais de 1m	Até 5%
De 0,80m a 1m	Até 6,25%
Até 0,80m	Até 8,33%

$$j = \frac{h \times 100}{c}$$



i=inclinação; h=altura/desnível; c=comprimento

Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____

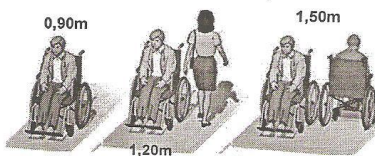
$$i = \frac{h \times 100}{c} = \frac{\quad \times 100}{\quad} = \quad \%$$

Inclinação: _____%

Adequado () Não adequado ()

ÁREA DE CIRCULAÇÃO

1. Corredores de circulação:



Largura Aferida: _____

- () Não adequado (Menor que 0,89m)
() Uma pessoa em cadeira de rodas (igual ou maior que 0,90m)
() Uma pessoa em cadeira de rodas e um pedestre (entre 1,20m a 1,50m)
() Duas pessoas em cadeira de rodas (entre 1,50m a 1,80m)

2. A escola apresenta corrimãos para o livre acesso dos estudantes nas dependências da escola? () não () sim

Corrimão duplo: Altura do apoio mais baixo: _____ (0,70m)

Altura do apoio mais alto: _____ (0,92m)

Adequado () Não adequado ()

Corrimão único: Altura: _____

3. A escola possui bebedouros adaptados para os estudantes com deficiência? () não () sim

Altura da Bica (saída da água): _____ (0,90m)

Adequado () Não adequado ()

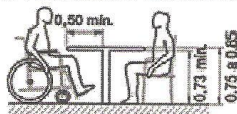
4. Quanto às áreas de convívio no pátio da escola:

4.1 Possuem piso antiderrapante? () não () sim

4.2 Estas áreas são acessíveis às pessoas em cadeira de rodas? () não () sim

Em caso negativo explique as razões: _____

5. As mesas do refeitório da escola.



Avanço frontal aferido: _____ (0,50m mínimo)

Altura livre inferior (abaixo da mesa) aferida: _____ (0,73m mínimo)

Adequado () Não adequado ()

6. Preencher somente se a escola possuir dois pavimentos e se o acesso ao piso superior for por rampa.

Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____

$$I = \frac{h}{C} \times 100 = \frac{\quad}{\quad} \times 100 = \quad = \quad \%$$

Inclinação: _____ %

Adequado () Não adequado ()

SALAS DE AULA

1. Largura das portas das salas de aula.

Largura Aferida: _____ (0,80m largura mínima).

Adequado () Não adequado ()

2. Quadro/Lousa.

Altura da Borda Inferior Aferida: _____ (0,90m altura máxima da borda inferior)

Adequado () Não adequado ()

3. Altura dos interruptores de energia elétrica.

Altura: _____ (entre 0,60m e 1,00m)

Adequado () Não adequado ()

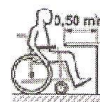
4. As salas possuem carteiras escolares adaptadas? () não () sim

Avanço frontal aferido: _____ (0,50m mínimo)

Altura livre inferior (abaixo da mesa) aferida: _____ (0,73m mínimo)

Adequado () Não adequado ()

4.1 Estas carteira estão localizadas em todas as salas? () não () sim



5. Área de circulação entre as mesas:

Largura Aferida: _____ (0,90m)

Adequado () Não adequado ()

6. Área de circulação entre as mesas e o Quadro/Lousa para manobra de cadeira de rodas de 180°.

Espaço aferido entre as mesas e o Quadro/Lousa: _____ (1,50m espaço mínimo)

Adequado () Não adequado ()

BANHEIROS

1. Largura das portas dos banheiros

Largura Aferida: _____ () 0,80m mínimo para estar dentro das normas).

Adequado () Não adequado ()

2. Medida interna dos banheiros. () Banheiro não Adaptado () Banheiro Adaptado

Largura Aferida: _____ (1,50m largura mínima)

Comprimento Aferido: _____ (1,50m comprimento mínimo)

Adequado () Não adequado ()

3. Uso de piso antiderrapante. Adequado () Não adequado ()

4. Altura das pias dos banheiros.

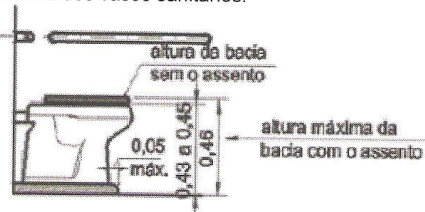
Altura Aferida: _____ (0,80m). Adequado () Não adequado ()

5. Altura da válvula de descarga dos banheiros.

Altura Aferida: _____ (1,00m de altura)

Adequado () Não adequado ()

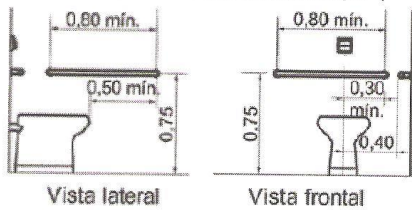
6. Altura dos vasos sanitários.



Altura do Bacio Aferida: _____ (0,46m altura máxima da bacia com o assento)

Adequado () Não adequado ()

7. O banheiro possui barras de segurança. () não () sim



Barra lateral:

Comprimento da barra _____ (0,80m) Distância do solo até a barra _____ (0,75m)

Comprimento da barra a partir da borda frontal do vaso sanitário _____ (0,50m)

Adequado () Não adequado ()

Barra de fundo:

Comprimento da barra _____ (0,80m) Distância do solo até a barra _____ (0,75m)

Comprimento da barra a partir do eixo do vaso sanitário em direção a parede _____ (0,30m)

Adequado () Não adequado ()

LOCAL DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. A escola possui quadra poliesportiva? () não () sim

1.1 A escola possui rampa de acesso para a quadra poliesportiva? () não () não precisa () sim

Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____

$I = \frac{h}{C} \times 100 = \frac{\quad}{\quad} \times 100 = \quad \%$

Inclinação: _____ %

Adequado () Não adequado ()

2. A escola possui outros espaços (sala de dança, praça, etc) para aulas de Educação Física? () sim () não

2.1 Quais? _____

3. Descrição das condições de acesso (qualidade do piso e desníveis) do trajeto das salas de aula para os espaços (quadra poliesportiva, sala de dança, praças, etc) em que se realizam as aulas de Educação Física?

